



*Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

**Estado do Espírito Santo**

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br) – [gabinete@domingosmartins.es.gov.br](mailto:gabinete@domingosmartins.es.gov.br)

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Saúde

**Gestor responsável:** Zuleide Maria Cardozo

**Exercício:** 2023

### **1. Introdução**

A Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Domingos Martins (Unidade Central de Controle Interno) elaborou o Plano de Ação do Controle Interno – PACI para o exercício de 2023 (Processo PMDM nº 8837/2022), bem como elaborou e publicou o Plano Anual de Auditoria – PAAI (Processo PMDM nº 8883/2022) para o mesmo exercício, disponibilizando o planejamento dos procedimentos de auditoria e controle a serem executados no período referenciado, bem como a normatização operacional que seria empregada como balizador das atividades propostas. Ressalta-se que ambos foram tempestivamente publicados no Portal da Transparência do Município de Domingos Martins.

As auditorias programadas para o ano de 2023, expostas no Plano supramencionado, pretendiam avaliar o funcionamento e a regularidade de alguns Sistemas Administrativos, selecionados conforme aspectos de materialidade, relevância e vulnerabilidade, por meio da elaboração da Matriz de Riscos, utilizando também os resultados obtidos na aplicação dos instrumentos de Avaliação dos Serviços Prestados, bem como as práticas diárias do Controle Interno.

Toda a atuação da Unidade de Controle foi regida pelos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, e especialmente, pelos princípios da segregação de funções e da preservação da independência.

Especificamente para o Fundo Municipal de Saúde, foram avaliados os pontos de controle

abordados no RELUCI – Gestão do Fundo, por meio de avaliação de documentos específicos, tais como, demonstrativos, anexos e relatórios contábeis, e de pessoal. Além destes pontos, outras temáticas foram analisadas através de auditorias, inspeções, recomendações, relatórios, entre outras.

Além das Auditorias e Fiscalizações, o Controle Interno atuou também, através de ações preventivas e corretivas, frente às falhas detectadas, informando aos setores a importância de submeter-se às normas vigentes.

O PAAI 2023 como instrumento de planejamento para a atuação do Controle Interno não esgotou as atividades desenvolvidas pelo mesmo, dado que diversas realidades supervenientes exigiram dedicação significativa da Controladoria, de forma a promover retificações no Plano e adequação dos trabalhos. Os critérios empregados no Fundo de Saúde estão dispostos na Tabela a seguir:

**Tabela 01:** Pontos de Controle Específicos do Fundo Municipal de Saúde avaliados pelo Controle Interno.

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Documentos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
<b>3.1</b>	Funcionalidades do Portal da Transparência de Domingos Martins.	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico;	- Lei Federal nº 12.527/2011; - LRF. Lei da Transparência nº 131/2009; - Decreto Normativo Municipal nº 3.908/2021.	- Verificar a funcionalidade e adequação do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, quanto aos aspectos avaliados pelo TCEES; - Divulgação obrigatória das informações previstas em lei;	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico
<b>3.2</b>	Duração dos contratos administrativos	- Contrato administrativos	- Lei nº 8.666/1993, art. 57; - CF 1988.	Recomendação quanto à observância ao conteúdo abordado no artigo 57 da Lei Federal 8.666/1993, sobre a duração dos contratos administrativos na Administração Pública.	- Contrato administrativos	- Contrato administrativos
<b>3.3</b>	Cessão de estagiários e servidores comissionados.	- Termo de cessão de servidores. - Parecer Consulta TCEES nº 004/2023.	- Constituição Federal de 1988; - Parecer Consulta TCEES nº 004/2023.	Manifestação quanto à necessidade de se estabelecer termo formal para a cessão de servidores efetivos, bem como a avaliação das existentes, no que concerne, a obediência aos aspectos legais, em especial, a cessão de estagiários e de	- Termo de cessão de servidores.	- Termo de cessão de servidores.

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
				cargos comissionados.		
3.4	Sobre a realização de Despesa sem prévio empenho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Listagem de empenhos, liquidações e pagamentos;</li> <li>- Processos de pagamento, devidamente instruídos.</li> </ul>	- Lei Federal nº 4.320/1964	Averiguar a realização de despesa sem prévio empenho pela Prefeitura de Domingos Martins.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processos de despesa e a observância aos respectivos estágios para a realização das despesas públicas previstos na Lei nº 4.320/1964.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processos de despesa e a observância aos respectivos estágios para a realização das despesas públicas previstos na Lei nº 4.320/1964.</li> </ul>
3.5	Registro e controle da frequência dos servidores municipais da Prefeitura de Domingos Martins	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registros de frequência das secretarias;</li> <li>- Relatórios de Ponto manuais e eletrônicos.</li> </ul>	- Instrução Normativa;	Avaliar os atos administrativos realizados pelas Secretarias no controle e registro da frequência dos servidores municipais no período de Agosto e Setembro de 2022, com o intuito de verificar os procedimentos utilizados e sua adequabilidade com as legislações pertinentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registros de frequência dos servidores;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registros de frequência dos servidores do mês de agosto e setembro 2022;</li> </ul>
3.6	Contratação de combustíveis e realização dos abastecimentos dos veículos da frota municipal de Domingos Martins	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo licitatório;</li> <li>- Mapas diários de veículos;</li> <li>- Relatórios de abastecimento.</li> </ul>	- Lei nº 8666/93;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- verificar as ações e procedimentos adotados pelas Secretarias Municipais após a auditoria realizada em 2019, com o objetivo de avaliar a conformidade e a eficiência do Município de Domingos Martins no que concerne aos mecanismos de contratação, fiscalização e realização dos abastecimentos dos veículos da frota municipal, diante das recomendações emitidas em relatório.</li> </ul>	Processos licitatórios de combustível.	Setembro 2022
3.7	Pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	Pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demonstrativos Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins;</li> <li>- Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e Gestão Fiscal da Prefeitura de Domingos Martins.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.</li> </ul>	Avaliar a conformidade dos pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Espírito Santo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demonstrativos Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins;</li> <li>- Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e Gestão Fiscal da Prefeitura de Domingos Martins.</li> </ul>

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
3.8	Atualização e de Normas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instruções Normativas existentes que se encontravam desatualizadas;</li> <li>- Procedimentos firmados no Fundo de Saúde ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos.</li> </ul>	- Resolução TCE-ES nº 227/2011.	Atualizar Instruções Normativas existentes, bem como Elaborar novas Instruções Normativas para regulamentar os procedimentos firmados no âmbito do Fundo de Saúde ainda carentes de estruturação formal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instruções Normativas existentes no Fundo de Saúde, que se encontravam desatualizadas;</li> <li>- Procedimentos firmados no Fundo de Saúde ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos, nos diversos Sistemas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instruções Normativas existentes no Fundo de Saúde, que se encontravam desatualizadas;</li> <li>- Procedimentos firmados no Fundo de Saúde ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos, nos diversos Sistemas.</li> </ul>
3.9	Avaliação periódica dos Serviços Públicos, conforme previsto na Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto nº 3.392/2019.	Questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei Federal nº 13.460/2017;</li> <li>- Decreto Normativo nº 3.392/2019.</li> </ul>	Avaliar os serviços prestados no âmbito da Administração Pública Municipal, averiguando a qualidade do mesmo e a satisfação do usuário.	Respostas ao questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	Respostas ao questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins, exercício 2023
3.10	Elaboração do Plano de Ação do Controle Interno (PACI) e do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), ambos para o exercício de 2024, incluindo Prefeitura e Fundo de Saúde.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais;</li> <li>- Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios;</li> <li>- Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno;</li> <li>- Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias;</li> <li>- Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolução TCE-ES nº 227/2011;</li> <li>- Orientações Normativas de órgãos de Controle interno e externo, federais e estaduais, que abordam a adoção de controle com base em gerenciamento de riscos.</li> </ul>	Elaborar o Plano de Ação do Controle Interno (PACI) e o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), ambos para o exercício de 2024, com base nas informações obtidas da Matriz de Risco, dos instrumentos legais, das rotinas da Prefeitura e da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais;</li> <li>- Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios;</li> <li>- Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno;</li> <li>- Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias;</li> <li>- Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais;</li> <li>- Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios;</li> <li>- Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno;</li> <li>- Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias;</li> <li>- Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.</li> </ul>

## 2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

**Tabela 02:** Achados e Proposições dos Pontos de Controle Específicos do Fundo Municipal de Saúde avaliados pelo Controle Interno.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
3.1	<p>A Controladoria realizou o acompanhamento do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, analisando as demandas de publicação e atualização dos dados disponibilizados.</p> <p>No decorrer de 2023 a Prefeitura de Domingos Martins passou por 02 avaliações de entidades/órgãos externos, a ONG Transparência Capixaba e o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo:</p> <p><b>a)</b> Avaliação do Índice de Transparência e Governança Pública – ONG Transparência Capixaba: Implementações no site oficial e Portal da Transparência com a disponibilização de acesso a links e documentos anteriormente não disponibilizados. Índice alcançado Geral 95,0 (ótimo) Índice alcançado Saúde 89,93</p> <p>Para os municípios que alcançaram a avaliação “ótimo”, a instituição “ES em Ação”, junto a Transparência Capixaba, concederam selo conforme a quantidade de itens atendidos em nova avaliação: Selo alcançado: Diamante.</p> <p><b>b)</b> Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo: regularização na publicação de documentos no Portal da Transparência. Índice alcançado pela Prefeitura: selo prata 76,38%.</p> <p>Ainda sobre transparência, a Controladoria organizou evento de capacitação para os servidores municipais de Domingos Martins e de municípios vizinhos com o tema “Ética, Controle e Transparência na Administração Pública Municipal”, em fevereiro de 2023.</p>	<p>A Controladoria realizou o acompanhamento do Portal da Transparência no exercício 2023 e conduziu as análises e implementações necessárias conforme as Avaliações realizadas. Foram notificados os setores responsáveis pelas inconsistências verificadas, bem como a empresa responsável pela gestão e manutenção do Portal e disponibilização dos menus de informação, para que providenciasse as correções e melhorias devidas.</p>	<p><b>a) Regular;</b></p> <p><b>b) Regular;</b></p>
3.2	<p>Ação preventiva sobre a avaliação com cautela dos prazos dos contratos administrativos firmados pela prefeitura de Domingos Martins, para que a vigência dos mesmos esteja adstrita a do crédito orçamentário, conforme exigência das legislações pertinentes, bem como que só permitam sua prorrogação nos casos expressamente autorizados nos respectivos instrumentos legais.</p>	<p>A Controladoria emitiu a <b>Recomendação Técnica nº 001/2023</b>, orientando o Gestor e as Secretarias envolvidas acerca da duração dos contratos administrativos referentes a compras e serviços realizadas, que não configuram serviço contínuo, que extrapolam o exercício financeiro.</p> <p>A Controladoria fundamentou-se na legislação vigente e em jurisprudências sobre o assunto, recomendando a análise dos contratos, no que concerne a classificação de serviço contínuo, e dos que não forem que obedeçam a duração dos créditos orçamentários, e caso sejam prorrogados que os valores sejam previstos para o próximo exercício através da inscrição em restos a</p>	<p><b>Concluído.</b></p>

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		pagar.	
3.3	Ação preventiva sobre necessidade de se estabelecer termo formal para a cessão de servidores efetivos, bem como a avaliação das existentes, no que concerne, a obediência aos aspectos legais, em especial, a cessão de estagiários e de cargos comissionados.	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 002/2023</b> , com o intuito de orientar o Gestor e as secretarias envolvidas para que sejam avaliadas as cessões de servidores da Prefeitura de Domingos Martins para outros órgãos, para que sejam identificadas as circunstâncias envolvidas, bem como a existência de termo de cessão ou convênio formal, com critérios e prazos para a manutenção da cessão. Ademais, reforça-se a importância de se interromper cessões de estagiários e cargos comissionados conforme orientação de órgãos de controle, pois configuram concessão irregular.	Concluído.
3.4	Ação preventiva sobre a realização de despesas sem prévio empenho.	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 005/2023</b> , reforçando <u>recomendações emitidas em anos anteriores</u> , com o intuito de orientar acerca das disposições da Lei nº 4.320/1964, principalmente no que tange o art. 60, destacando o caráter obrigatório do prévio empenho, e ao estabelecer que "É VEDADA a realização de despesa sem prévio empenho". Dessa forma, toda e qualquer despesa pública só deverá ser realizada após regular empenho.	Concluído.
3.5	<p>Por meio da <b>Inspeção nº 001/2023</b>, buscou-se verificar a legalidade, a eficiência e a conformidade dos atos administrativos relacionados ao controle e ao registro de frequência dos servidores municipais da Prefeitura de Domingos Martins.</p> <p>Foram constatados os seguintes achados referente ao Fundo de Saúde:</p> <p><b>a)</b> Relatórios de frequência eletrônicos e manuais não emitidos, conferidos ou arquivados;</p> <p><b>b)</b> Arquivamento de documentos para o abono de faltas;</p> <p><b>c)</b> Ausência de regulamentação para a retirada de folga em compensação a dias trabalhados em campanhas de vacinação;</p>	<p>Com base no que foi realizado na <b>Inspeção nº 001/2023</b>, foram recomendadas em Relatório à Secretaria as respectivas proposições:</p> <p><b>a)</b> considerando a importância do registro de frequência para o servidor e a sua obrigatoriedade ante as previsões estatutárias, é fundamental que a Secretaria emita, confira, ateste e archive os relatórios de frequência dos seus servidores, pois refere-se a documento que ampara a liquidação da folha de pagamento dos mesmos. Ademais, não basta o registro por parte do servidor, o cumprimento legal do item se encerra com a sua aplicabilidade, devendo ser aferido para que o pagamento como contraprestação do serviço oferecido pelo colaborador fique comprovado.</p> <p>Além disso, haverá indicação formal da Controladoria a toda a Administração para que elabore um modelo de documento para o registro manual da frequência dos servidores, quando necessário, de forma a padronizar os procedimentos inerentes a estas condutas. Ressalta-se que independente da existência desse modelo padrão e da realização de horas extras, o documento deve ser recebido, conferido e arquivado na secretaria.</p> <p><b>b)</b> recomendou-se a adoção pela secretaria dos procedimentos de emissão, conferência e arquivamento dos registros de frequência dos servidores de forma que possam ser apuradas as faltas mensais e apresentados e arquivados os documentos que possam aboná-las.</p> <p>É necessário que a secretaria disponha de arquivo para armazenar os documentos que comprovem os atos relacionados ao ateste da planilha de frequência, respaldando seus procedimentos e dando amparo à liquidação da sua folha de pagamento.</p> <p><b>c)</b> orientou-se que a Secretaria de Saúde, como unidade gestora elabore minuta de instrumento regulamentador para amparar os procedimentos relacionados aos dias de descanso obtidos como compensação das horas trabalhadas em campanhas de vacinação nos finais de semana.</p> <p>Salientou-se que a disposição destes procedimentos em instrumento regulamentador trará segurança jurídica para o servidor e para a secretaria, no controle da</p>	Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		frequência, tornando seus dados mais sólidos e confiáveis.	
3.6	<p>Por meio de procedimento de Acompanhamento de Auditoria, buscou-se verificar as ações e procedimentos adotados pelas Secretarias Municipais após a Auditoria nº 001/2019, com o objetivo de avaliar a conformidade e a eficiência do Município de Domingos Martins no que concerne aos mecanismos de contratação, fiscalização e realização dos abastecimentos dos veículos da frota municipal, diante das recomendações emitidas em relatório.</p> <p>Foram constatados os seguintes achados:</p> <p>a) Ausência de necessidade de realização de processo licitatório individualizado para Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde – NÃO ATENDIDO</p> <p>b) Ausência de justificativa para a exigência de número mínimo de postos credenciados – NÃO ATENDIDO</p> <p>c) Ausência de instrução processual completa:</p> <p>I - Ausência de apresentação da garantia no processo da saúde – NÃO ATENDIDO</p> <p>II - Prorrogações sucessivas sem comprovação da efetiva vantajosidade da continuidade da contratação – NÃO ATENDIDO</p> <p>III - Ausência da Ordem de Serviço – NÃO ATENDIDO</p> <p>d) Inconsistências na execução dos pagamentos:</p> <p>I - Datas das emissões das notas fiscais não condizentes com o solicitado no Termo de Referência – NÃO ATENDIDO</p> <p>II - Descrição do objeto contratado na Nota Fiscal – ATENDIDO</p> <p>III - Instrução do pagamento quanto à emissão das certidões de regularidade fiscal e trabalhista – ATENDIDO EM PARTES</p> <p>IV - Instrução do pagamento quanto à existência de documentos comprobatórios da realização dos abastecimentos – ATENDIDO</p> <p>V - Ausência de documentação considerada obrigatória pelo edital a ser anexada a cada pagamento – ATENDIDO</p> <p>e) Fragilidade no controle e fiscalização dos abastecimentos – ATENDIDO</p> <p>f) Comparação do relatório de abastecimento com os mapas diários dos veículos:</p> <p>I - Necessidade de cobrança efetiva e regular do preenchimento e da entrega mensal dos mapas diários de todos os veículos sob sua responsabilidade;</p> <p>II - Arquivamento regular em pasta própria, para a execução do controle adequado dos deslocamentos e abastecimentos dos veículos de sua competência, sob pena de responsabilização funcional dos servidores envolvidos.</p> <p>g) Dos questionários aplicados:</p> <p>I - Ausência de prazo padrão para a entrega</p>	<p>Com base no que foi realizado no Acompanhamento, foram recomendadas em Relatório as respectivas proposições:</p> <p>a) que seja realizado apenas 1 processo licitatório, quando possível, considerando tratar-se do mesmo objeto, com o intuito de redução de custos para a Administração Pública Municipal na elaboração de 2 processos. Entende-se que após o processo, deve-se separar os contratos e sua gestão.</p> <p>b) para as próximas licitações orienta-se, novamente, que não seja exigido número mínimo de postos credenciados como critério para a participação das empresas no processo licitatório, a menos que haja comprovação da necessidade desta quantidade específica de postos em determinado local, por meio de histórico anterior de abastecimentos do órgão, pois esta colocação restringe a competitividade do certame.</p> <p>c) I - em cumprimento à cláusula do instrumento convocatório sobre a obrigatoriedade de apresentação de garantia, sugere-se que seja verificada a existência da mesma para o Contrato nº 008/2021 (FMS), inserindo-a no processo, caso existente. Ademais, deve-se observar se as garantias estão sendo renovadas a cada prorrogação contratual, considerando sua validade, dado que se renova a íntegra do valor a ser executado no próximo ajuste, e que também deve estar coberto por garantia.</p> <p>II - a Controladoria sugere que as novas prorrogações contratuais, se existentes, sejam devidamente fundamentadas e comprovadas no processo, em especial, pela realização de nova pesquisa de mercado que justifique a vantajosidade da permanência do contrato em vigor, em detrimento da realização de nova licitação, em obediência aos princípios da Administração Pública;</p> <p>III - Que nos próximos processos licitatórios seja emitida a Ordem de Serviço, em obediência aos atos normativos existentes, ou em caso de desnecessidade da mesma, que sua previsão não seja inserida no Termo de Referência.</p> <p>d) I - entende-se que não há critério específico para se impor essa demanda, é possível garantir um prazo razoável para a apresentação da nota, de forma que possa ser cumprido pela empresa e exigido pela Prefeitura, devendo ser ajustado para uma próxima contratação, de forma a atender a realidade prática do objeto em questão.</p> <p>III - avaliar a necessidade de manter no Termo de Referência e no Contrato a obrigatoriedade de requerimento formal emitido pela empresa para a realização do pagamento, porém enquanto a mesma estiver prevista entende-se que deve ser cumprida, para a adequada instrução contratual. Já sobre a inclusão de todas as certidões a cada pagamento, orientamos manter a conduta.</p> <p>f) I e II - Entende-se necessário reforçar junto as secretarias a importância da entrega mensal dos mapas diários e sua adequada conferência, considerando tratar-se de documento público de controle da frota municipal e que deve ser preenchido e arquivado corretamente conforme a Tabela de Temporalidade aplicável. Esses documentos amparam o emprego dos recursos públicos nas ações da Administração Pública, de forma que seu</p>	Concluído.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>dos cupons pelas Secretarias;</p> <p>II - Conferência do relatório de abastecimentos com os cupons emitidos pelos postos e com o mapa diário, bem como a cobrança desses documentos pelas Secretarias;</p> <p>III – Permissão de abastecimento em galões;</p> <p>IV – Ausência de autorização formal para a realização de deslocamentos e consequentemente abastecimentos nos finais de semana e feriados;</p> <p>V – Utilização de veículos adquiridos ou mantidos com recursos específicos em outras atividades, que não as legalmente permitidas;</p> <p>VI – Guarda de veículos oficiais da Prefeitura de Domingos Martins na residência dos servidores responsáveis pelos mesmos;</p> <p>VII – Estratégias para a economia de combustível (postos mais baratos, menos distantes, combustíveis menos específicos);</p> <p>VIII – Ausência de ato para normatizar e padronizar os procedimentos de abastecimento dos veículos oficiais - ATENDIDO.</p> <p>h) Novo Achado – Veículos oficiais utilizados em atividades particulares</p>	<p>preenchimento e entrega devam ser obrigatório</p> <p>g) I e II - Foi elaborada a Instrução Normativa STR nº 001/2014 – versão 02, que estabeleceu regras gerais para a entrega dos cupons para o abastecimento dos veículos de propriedade da Prefeitura de Domingos Martins, bem como sobre a obrigatoriedade de cobrança, entrega, conferência e adequado arquivamento dos relatórios e cupons de abastecimento e dos mapas diários dos veículos, sob pena de responsabilização funcional dos agentes envolvidos. Entende-se que é relevante reforçar a divulgação do instrumento normativo citado anteriormente para que as secretarias tentem se adequar aos procedimentos regulamentados, criando um padrão interno.</p> <p>Item III – Sugere-se a proibição da aquisição de combustível por meio de galões, nos postos, devido à dificuldade de estabelecer controle efetivo quando adotada esta conduta. Dessa forma, é necessário criar um procedimento alternativo para a realização dos abastecimentos nos casos citados pelas secretarias, com o intuito de favorecer o adequado e regular acompanhamento dos mesmos.</p> <p>Item IV – Considerando que nas Secretarias, a maioria das atividades é realizada nos dias e horários de expediente normal, excetuando-se alguns poucos casos, seria de fundamental importância a criação de mecanismo de autorização formal do Secretário da pasta, por meio de documento específico para a saída de veículos oficiais da Prefeitura de Domingos Martins em finais de semana e feriados.</p> <p>Item V – A Controladoria recomenda que os veículos adquiridos e mantidos com recursos específicos e vinculados, sejam utilizados exclusivamente para atividades inerentes a aplicação destes recursos, com base nas legislações pertinentes.</p> <p>Item VI – A Controladoria orienta que as Secretarias evitem a prática de guardar os veículos na residência dos servidores diretamente responsáveis pela utilização dos mesmos em seus serviços diários. Nos casos, em que esta conduta mostre-se realmente necessária, que seja providenciado, indispensavelmente o preenchimento do Termo de Autorização para Guarda de Veículo Oficial na Residência do Servidor (Anexo III da IN STR nº 001/2014 – versão 02), que corresponde a documento que autoriza formalmente esta conduta, pelo Secretário, junto ao Servidor responsável pela guarda, de forma a respaldar os agentes, no que concerne aos riscos envolvidos na adoção deste procedimento.</p> <p>Item VII – Entende-se ser necessário fortalecer a implantação e cumprimento das cotas mensais de combustíveis para todas as Secretarias, bem como o grupo de agendamento de veículos, para promover a conscientização e racionalização do uso de combustível. Além disso, é importante que as Secretarias adotem outras estratégias internas e efetivas, conforme sua realidade, para estimular os servidores a adotarem posturas de aproveitamento adequado dos recursos públicos.</p> <p>h) Apurar e interromper de imediata a utilização do veículo oficial para a realização de atividades particulares, promovendo a investigação e a responsabilização dos agentes envolvidos, considerando o dano ao erário proporcionado pelo uso irregular dos recursos públicos.</p>	
3.7	Da análise dos pontos de controle	As proposições ou alertas foram disponibilizados	Regular.

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
	selecionados da IN 68/2020 do TCEES, os achados foram disponibilizados no RELUCI.	no RELUCI, referente ao ano de 2023.	
<b>3.8</b>	Ausência de Normatização dos procedimentos de alguns Sistemas da Prefeitura, bem como existência de procedimentos regulamentados que se encontravam desatualizados.	<p>A Controladoria, em parceria com os Sistemas instituídos na Prefeitura de Domingos Martins, providenciou a elaboração das seguintes Instruções Normativas novas na área da saúde:</p> <p>– <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 006/2023 (Decreto Normativo nº 4.405/2023)</b> – Dispõe sobre a concessão e distribuição de insumos de automonitoramento glicêmico para pacientes residentes no Município.</p> <p>– <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 007/2023 (Decreto Normativo nº 4.416/2023)</b> - Dispõe sobre a concessão e distribuição de insumos para auxílio no autocuidado em feridas nos pacientes residentes no município.</p> <p>– <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 008/2023 (Decreto Normativo nº 4.451/2023)</b> - Dispõe sobre o descarte de medicações vencidas ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, após o descarte pelos estabelecimentos de serviços de saúde públicos e privados no município.</p>	<b>Regular.</b>
<b>3.9</b>	A partir da disponibilização contínua do questionário online de Avaliação de Serviços Públicos no site da Prefeitura e as respostas obtidas da população, observou-se após a análise dos dados coletados, que houve uma melhora dos resultados entre os semestres, de forma que os serviços estão, em geral, sendo avaliados como bons ou adequados.	A Controladoria elabora semestralmente os Relatórios de Avaliação dos Serviços Públicos, que foram publicados no Portal da Transparência do município, com a apuração dos resultados obtidos.	<b>Concluído.</b>
<b>3.10</b>	Avaliação e início da elaboração dos instrumentos de planejamento, sendo eles o Plano de Ação Anual do Controle Interno (PACI) e o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), por meio da utilização de Matriz de Risco.	<p>- A Controladoria iniciou a elaboração dos instrumentos de planejamento para o exercício 2024, com base em todas as informações coletadas, sendo estes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de Ação Anual do Controle Interno (PACI);</li> <li>Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI).</li> </ul>	<b>Regular.</b>

### **3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG<sup>1</sup>**

Não houve instauração de Tomada de Contas Especial para o exercício de 2023, no Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Domingos Martins ES, 25 de março de 2024

**Márcia d'Assumpção**

Controladora Interna

**Franciele Luzia Holz**

Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640

<sup>1</sup> Artigo 22 da IN TC - 32/2014.